

	<b>Estado de Mato Grosso</b> Assembleia Legislativa	
<b>Despacho</b>	NP: 9v3ilfud <b>SECRETARIA DE SERVIÇOS LEGISLATIVOS</b> 16/03/2022 Projeto de lei nº 289/2022 Protocolo nº 2897/2022 Processo nº 509/2022	
<b>Autor:</b> Dep. Valdir Barranco		

**Dispõe sobre a obrigatoriedade sobre a inclusão de unidade consumidora no estado de Mato Grosso onde resida pessoa com Transtorno do Espectro do Autismo no programa Tarifa Social Baixa Renda através de busca ativa.**

A **ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**, tendo em vista o que dispõe o Art. 42 da Constituição Estadual, aprova e o Governador do Estado sanciona a seguinte lei:

**Art. 1º** Torna-se obrigatória à concessionária de energia elétrica no Estado de Mato Grosso a inclusão das unidades consumidoras onde resida pessoa com Transtorno do Espectro Autista (TEA) no programa Tarifa Social Baixa Renda de Energia Elétrica.

Parágrafo único: O titular da unidade consumidora de que trata este artigo deverão ter seu cadastro único atualizado, tendo registro de renda comprovada de até 3 (três) salários mínimos e laudo médico atestando que a pessoa com TEA recebe estimulação domiciliar para desenvolvimento de habilidades e melhoria em sua qualidade de vida.

**Art. 2º** O não cumprimento do disposto nesta Lei sujeitará o infrator a sanções. Assim, o Poder Executivo, determinará os devidos mecanismos para efetividade e fiscalização do disposto nesta Lei.

**Art. 3º** Os recursos decorrentes da multa prevista neste artigo serão revertidos ao Fundo Estadual de Direitos Difusos.

**Art. 4º** Esta Lei entra em vigor 60 (sessenta) dias após a sua publicação.

## JUSTIFICATIVA

Desde janeiro de 2021, com a entrada em vigor Lei nº 14.203/2021 as concessionárias de energia do país estão obrigadas a promover a inscrição automática no programa Tarifa Social Baixa Renda.

	<b>Estado de Mato Grosso</b> Assembleia Legislativa	
---	--	---

No entanto, na prática, observa-se que o esforço de busca ativa tem se destinado as famílias cujo critério seja exclusivamente a renda, ignorando a hipótese prevista no artigo 177, inciso III da Resolução nº 1000 da ANEEL que assegura as famílias com renda de até 3 salários mínimos que tenham entre seus integrantes pessoa com deficiência ( física, motora, auditiva, visual, intelectual e múltipla) cujo tratamento ou procedimento terapêutico demandem o consumo de energia elétrica, a inscrição e benefícios do programa Tarifa Social Baixa Renda.

Sabe-se que muitas famílias que convivem com o Transtorno do Espectro Autista são obrigadas a realizar a estimulação/treino de habilidades em casa, pela insuficiência do serviço na rede pública e pela incapacidade de custear sessões de terapia. Assim, recebem formação e orientação de profissionais para a realização das intervenções em domicílio.

Por sua vez, a energia elétrica é essencial, seja para o fornecimento da luz necessária para o treino, seja para a climatização do ambiente evitando que a criança se desorganize.

Registre — se que não se está a criar nova hipótese de aplicação do programa TARIFA SOCIAL BAIXA RENDA, regulado por lei federal, até porque as famílias interessadas no cadastro devem comprovar os critérios do art. 177, III da Resolução nº 1000/2021 ( renda + laudo), mas tão somente estimular que a busca ativa de a devida atenção para estes casos.

Mato Grosso tem uma das maiores tarifas de energia elétrica do País, o que impacta na vida de milhares de consumidores, em especial os que tem pessoa hiper vulneráveis entre seus integrantes. Havendo hipótese de beneficiar estes usuários, compete ao estado e a iniciativa privada a implementação dos mecanismos para sua viabilização.

Certo de poder contar com a colaboração dos nobres colegas parlamentares, aguardo a aprovação deste importante projeto.

Edifício Dante Martins de Oliveira  
Plenário das Deliberações “Deputado Renê Barbour” em 15 de Março de 2022

**Valdir Barranco**  
Deputado Estadual